

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis.

SABER

Terceiro Setor: Uma realidade, uma esperança

Palavra do Mestre

Normativismo e Positivismo em
Contabilidade: Algumas
Considerações

Conversa Afimada

O Planejamento Estratégico e a
Gestão da Tecnologia da
Informação (TI)

Perfil

Personalidades em destaque na
Contabilidade: Eduardo Augusto
Rocha Pocetti



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



MULHER CONTABILISTA, BEM-VINDA AO FUTURO!

GRANDIOSO COMO VOCÊ. ÚNICO COMO O SEU ESTILO.

Programação

27 DE NOVEMBRO DE 2013 – QUARTA

- 14h **CREDENCIAMENTO** | Local: entrada do navio
- 19h **SOLENIIDADE DE ABERTURA** | Local: piscina principal - 14º andar
- SHOW DE TEATRO** | 1º turno
- 20h45 **SHOW TEATRO** | 2º turno
- 22h45 **JANTAR** | 1º e 2º turno

28 DE NOVEMBRO DE 2013 – QUINTA – ILHA BELA

- 8h às 12h **FÓRUM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL**
- 14h às 15h30 **PALESTRA – A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**
- 15h30 às 17h **PAINEL - CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR: MERCADO DE TRABALHO EM EXPANSÃO**
- 17h às 18h **PALESTRA - A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA EM CENA: NOVOS PAIS E NOVOS FILHOS**
- 20h45 **SHOW TEATRO** | 1º turno
- 22h45 **SHOW TEATRO** | 2º turno
- JANTAR** | 1º e 2º turno

29 DE NOVEMBRO DE 2013 – SEXTA

- 8h às 12h **FÓRUM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL**
- 14h às 15h30 **PAINEL – NOVO CENÁRIO CONTÁBIL: OPORTUNIDADES DE VALORIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO PROFISSIONAL**
- 15h30 às 17h **PAINEL – PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS**
- 17h às 18h **TALK SHOW – MULHERES QUE FAZEM A DIFERENÇA**
- 18h **ENCERRAMENTO**
- 20h45 **SHOW DE TEATRO** | 1º turno
- 22h45 **SHOW DE TEATRO** | 2º turno
- JANTAR**
- NOITE DAS MÁSCARAS**
- 1º e 2º turno

Idealização



Organização



Apoio



Agência Oficial



MAJESTUR
OPERADORA TURISMO

Editorial

Nossa edição número 3

A capa da nossa Revista ABRACICON Saber de número três, oportunamente, está sendo dedicada ao terceiro setor. "Uma realidade, uma esperança", não só para a Sociedade, mas para a Contabilidade, que comemora em 2013 o seu ano temático no Brasil, empenhada também no sucesso desse novo setor.

Filho da consciência cidadã com o espírito altruísta do ser humano, o terceiro setor encontra seu tempo propício para crescimento na 'primavera democrática' trazida pelo terceiro milênio da cristandade. Há muito, reflexões amadurecidas sobre os modelos econômicos e os sistemas políticos vigentes dão conta de que o Estado já não dá conta de suprir as necessidades básicas dos seus cidadãos. Nas sociedades civilizadas, para preencher as faltas ou reparar as falhas das entidades estatais, uma nova força emergente, de inspiração voluntária, organiza-se em favor do desenvolvimento social eficaz, com justiça.

Uma das causas e/ou consequências mais apontadas para as falhas do Estado tem sido a falta de transparência nas decisões, controles e demonstrações

sobre os gastos públicos. Bancos internacionais, governos de grandes países e até mesmo blocos de nações do primeiro mundo têm suas crises associadas, direta ou indiretamente, à falta de transparência nas suas gestões. Nem mesmo instituições milenares, como a respeitável Igreja Católica, estão isentas desse pecado, conforme foi imputado, recentemente, ao Banco do Vaticano.

Como o leitor atento bem pode constatar, a Contabilidade praticada no Brasil – homenageada em recente Sessão Solene do Congresso Nacional –, está comprometida de corpo e alma, cabeça e coração com o fiel cumprimento dos seus deveres. Para tanto, as entidades representativas da Classe Contábil brasileira são incansáveis na capacitação dos seus profissionais, na tempestiva divulgação das informações necessárias ao serviço e no esclarecimento de eventuais dúvidas. Sem descuidar da imprescindível fiscalização que assegure o exercício da profissão com ética e competência.

Competência que se fundamenta em sólidos conhecimentos técnico-científicos;



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da ABRACICON

que precisam ser resgatados da longa e profícua história dos pensadores contábeis, para permanente leitura, à luz da atualidade. Conhecimentos novos que precisam, aqui e agora, ser criados, discutidos e divulgados; além de importados e exportados, como parte do processo de convergência das nossas práticas contábeis às Normas Internacionais. Nesse sentido, fico muito contente em constatar a ebulição, a verdadeira 'efervescência de ideias' que anima as nossas Acadêmicas de Ciências Contábeis no Brasil inteiro.

EXPEDIENTE

Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J
4º andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Presidente:

Maria Clara Cavalcante Bugarim
Gestão 2009 a 2013

Colaboração:

Paulo Fernando Torres Veras
Adriana Guimarães

Contato:

(61) 3314-9453 | abracicon@cfc.org.br
abraciconsaber@abracicon.org.br
www.abracicon.org.br

Tiragem: 6 mil exemplares

Periodicidade: Trimestral

Projeto Gráfico, Redação e

Diagramação: CQueiroz

Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica: Qualytá Gráfica e Editora

Matéria de Capa



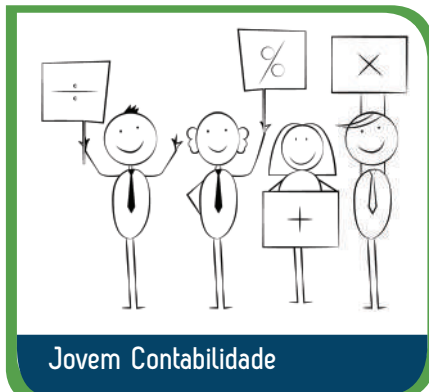
14

Terceiro setor: Uma realidade, uma esperança



Regionais

05 | Notícias relacionadas às Academias Regionais



Jovem Contabilidade

11 | Colunas: Especializando-se e Praticando a teoria x Teorizando a prática



Palavra do Mestre

18 | Normativismo e Positivismo em Contabilidade: Algumas Considerações



Jovem Profissional

10 | A relevância da Transparência na Gestão Pública



Perfil

25 | Eduardo Augusto Rocha Pocetti



Indicações

26 | Livros

Conversa Afinada

22

O Planejamento Estratégico e a Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Agende-se

21 | Evento abordará as novas práticas voltadas para a administração pública



Rio Grande do Norte

ACADERNCIC firma presença no Estado do RN

A Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC) realizou assembleia nas cidades de Caicó e Mossoró, na Universidade Estadual do RN-UERN. Na ocasião, o empresário João Sabino de Moura, diretor da Rede de hotéis Sabino Palace, foi homenageado pelos seus feitos como profissional da Contabilidade há vários anos em atividades do setor no Estado potiguar. O momento marcou a 2ª edição do Fórum de Resgate da História Contábil no RN.

A Academia nas Instituições de Ensino - No dia 26 de novembro de 2012, aconteceu a Assembleia Geral Ordinária

- AGO 04/2012 no auditório da UNI-RN – Centro Universitário do RN – Natal – com a realização da 3ª edição do Fórum de Resgate da História Contábil no RN.

A sociabilização da ACADERNCIC com o sistema Contábil do RN - No dia 13 de dezembro de 2012 foi realizado

o jantar de confraternização natalina com a presença dos contabilistas potiguar na representação do Conselho Regional de Contabilidade – CRC-RN, Sindicato dos Contabilistas do RN e a Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis com a realização da Assembleia Geral Extraordinária - AGE – 04/2012.





ACCERJ realiza 38ª Assembleia Geral

No dia 08 de dezembro de 2012 foi realizada a 38ª Assembleia Geral da ACCERJ - Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro, que compreende duas partes distintas: a administrativa e a festiva.

Durante a sessão administrativa, após a leitura, discussão e aprovação da ata da 37ª Assembleia Geral, realizada no dia 21 de julho de 2012, na cidade de Barra Mansa/RJ, foi aprovado o ingresso do contador Edyl de Mattos Moraes Filho, na qualidade de Acadêmico Titular, cuja posse deverá ocorrer na próxima Assembleia, dia 06 de abril de 2013.

Em seguida, foi procedida a eleição da diretoria que dirigirá os trabalhos da Academia durante o período de 2013 a 2015. Foi apresentada uma chapa composta pelos seguintes acadêmicos: presidente: Heinz – Werner Herbert von Uslar; vice-presidente: Diva Maria de Oliveira Gesualdi; 1º Secretário: Gilvan do Nascimento Marques; 2º Secretário: Evandro Queiroz Glória; 1ª Tesoureira: Maria Alívia Maia de Almeida; 2ª Tesoureira: Ril Moura; diretora de Patrimônio: Nilza Corrêa dos Santos. Conselho Fiscal – Titulares: Gláucio César Ramos Coelho, Vitória Maria da Silva, Waldir Jorge Ladeira dos Santos. – Suplentes: César Luiz

de Miranda, José Carlos Barros Amado, Pedro Paulo Moreira Caldas. Considerando que apenas uma chapa foi inscrita, a mesma foi aclamada por unanimidade. Ficou deliberado que a posse ocorrerá, também, na próxima assembleia, dia 06 de abril de 2013.

Já na sessão festiva, o acadêmico Gláucio César Ramos Coelho, realizou uma palestra sobre o tema “A Contabilidade e o Natal”. Em seguida foram apresentadas mensagens natalinas por diversos acadêmicos. Após a assembleia, foi realizado um almoço de confraternização ao qual compareceram 16 acadêmicos e familiares.

35 anos da Academia Sergipana

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis - ASCC completou no dia 08 de novembro de 2012, 35 anos. Fundada no ano de 1977, a Academia tem o objetivo permanente de estimular o aperfeiçoamento técnico-contábil, a pesquisa científica e o desenvolvimento cultural da contabilidade. É composta por quarenta cátedras, as

quais têm por patronos grandes nomes da Contabilidade sergipana e brasileira. É relevante saber que a Academia pode contar com pessoas dedicadas a fazer das Ciências Contábeis uma profissão séria aos olhos da sociedade. Atualmente, a sede da Academia Sergipana de Ciências Contábeis é na Rua Siriri, 496, 1º andar sala 1, Centro de Aracaju.

Além da comemoração do aniversário de fundação da ASCC, a programação contou também com a homenagem aos fundadores: A acadêmica Lana Gílcia Veiga Feitosa Oliveira fez a saudação aos fundadores, destacando a participação de cada um, principalmente dos acadêmicos remanescentes; e a entrega de diplomas de Mérito Acadêmico. A solenidade alusiva ao Dia da Bandeira finalizou o evento.





SÃO PAULO

Agenda movimentada da APC-SP

A APC-SP está desenvolvendo um plano de manutenção de constante contato com a comunidade universitária no sentido de estreitar o relacionamento com os jovens que tenham concluído o curso de Ciências Contábeis, para que eles venham a conhecer os principais objetivos da Academia Paulista no mapeamento, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da contabilidade e fomentar o contínuo estudo das Ciências Contábeis. Nesse sentido, a Academia pretende participar, como entidade altamente interessada na profissão, das

solenidades de Colação de Grau desses novos integrantes de nossa comunidade profissional.

Participações - Sempre com participação ativa nos eventos contábeis do estado, a Academia esteve presente no 23º EESCON entregando os Diplomas de Mérito do CRC-SP.

Convocação - A APC-SP foi uma das entidades convocadas para compor a mesa diretora dos trabalhos na solenidade de posse das Diretorias Executivas e das

comemorações do 64º aniversário do SESCO-SP e da AESCON-SP, ocorridas no dia 18 de janeiro, onde foi representada pelo seu presidente. Já no dia 21 de janeiro, a APC-SP foi representada pelo seu presidente na homenagem feita pelo CRC-SP ao Contador Domingos Orestes Chiomento, ex-presidente daquele Conselho e atual vice-presidente da Academia Paulista, quando lhe foi outorgado o título de "Contador Benemérito".

Pernambuco realiza primeira reunião sobre o 3º Academicon

A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon) promoveu a primeira reunião para discutir sobre a 3ª edição do Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia de Ciências Contábeis, o Academicon.

Em pauta, sugestões de temas, locais e datas para a realização do evento, bem como a formação da equipe que estará à frente deste Encontro. Entre os nomes da área contábil que abrilhantaram o

evento em 2012, estiveram a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim e a vice-presidente da Câmara Técnica do CFC, Verônica Cunha de Souto Maior, entre outros nomes.



PERNAMBUCO

ERRATA – Na última edição da Revista Abracicon Saber, na matéria "Mariã Clara é homenageada com duas comendas no Paraná", a foto que se encontra abaixo não é referente à Academia Paranaense e sim, à Academia de Ciências Contábeis do Amazonas.

Lançamento da Feira de Negócios aconteceu em janeiro

por Adriana Guimarães



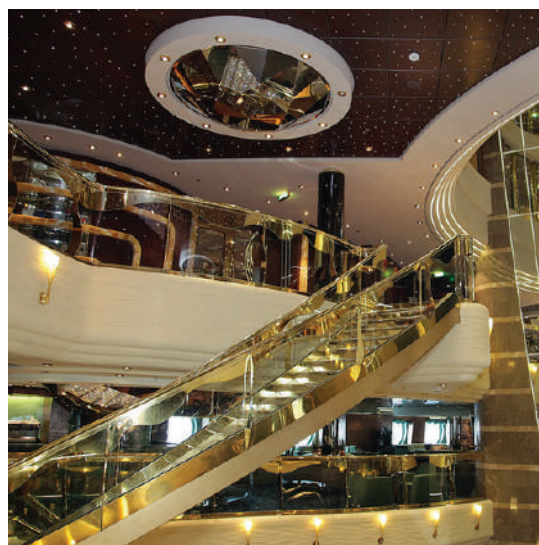
Em 26 de janeiro de 2013, a bordo do luxuoso Navio MSC Fantasia, foi realizado o lançamento da Feira de Negócios do IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista – IX ENMC.

O evento contou com as participações dos presidentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon),

da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), de entidades congêneras do Sistema CFC/CRCs e de representantes de empresas interessadas em patrocinar o Encontro. O lançamento contou com a realização de visita guiada às dependências do navio, onde os potenciais patrocinadores puderam comprovar a grandeza do evento, que será

realizado em espaço de muita beleza, charme e requinte.

A visita técnica foi um "avant premiere" do que os participantes do IX ENMC irão desfrutar no Navio MSC Preziosa, que foi lançado na Itália no último dia 24 de março de 2013, cuja inauguração, no Brasil, ocorrerá com a realização do IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista.





Portanto, participar do Encontro, a bordo do magnífico MSC Preziosa, será, sem dúvida, oportunidade única para os profissionais da Contabilidade e interessados em desfrutarem de uma vasta programação de entretenimento, regada a uma elevada programação técnica, marca registrada dos eventos promovidos pelo Sistema CFC/CRCs. Cabe destacar que o

objetivo da feira é promover o intercâmbio de produtos e serviços e oportunizar aos participantes do Encontro o acesso ao que há de mais moderno no cenário da Contabilidade brasileira. A feira será montada com 24 estandes de configurações variadas.

O público estimado para o evento é de 4 mil pessoas.

As inscrições e a compra das cabines para o **IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista** devem ser feitas, diretamente no site do evento:

www.encontromulher.com.br



A relevância da Transparência na Gestão Pública

por Vagner Machado

Em um Estado democrático, como o Brasil, o controle social por parte da sociedade é peça fundamental em que os cidadãos podem ser comparados aos acionistas de uma empresa que “investem” seus recursos por meio de tributos, taxas etc. e elegem os responsáveis pela gestão destes recursos. Como retorno do investimento, o que se espera são serviços públicos de qualidade que possam sanar as demandas da coletividade. Entretanto, não raramente, as necessidades coletivas são deixadas de lado em detrimento aos interesses particulares dos gestores.

Para tentar corrigir este desvio de conduta dos administradores públicos, há um movimento em direção à transparência por meio da evidenciação e acesso às informações geradas pela gestão pública. A edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei da Transparência e mais recentemente da Lei de Acesso à Informação visa dar maior transparência à gestão dos recursos públicos. Porém, a política de transparência das entidades públicas deve, mais do que simplesmente cumprir a legislação, atingir um dos seus grandes objetivos: facilitar a participação popular no controle sobre a gestão pública.

A transparência na Administração Pública pode ser considerada um subsídio para que a sociedade exerça o controle social sobre as ações dos gestores públicos. No momento em que a sociedade utilizar as informações públicas evidenciadas para efetivamente exercer o controle sobre a gestão pública, esquemas de corrupção e desvios de dinheiro público, poderão ser minimizados ou até evitados e os recursos públicos poderão ser aplicados com a finalidade de atender as necessidades da população.

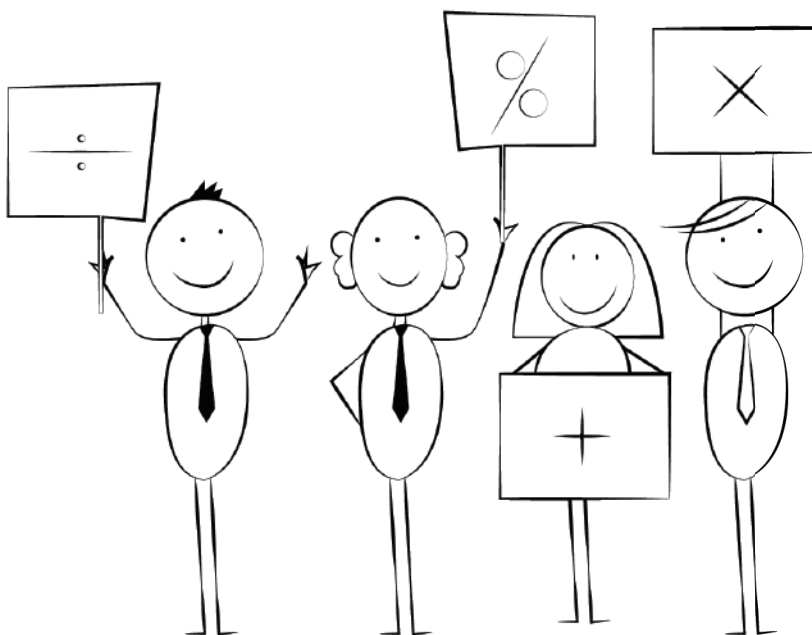


Vagner Machado é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e atualmente é Técnico Administrativo em Ciências Contábeis - Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul.

O Contador da Família

por Caroline de Oliveira Orth

Pesquisas apontam que a maior parte das empresas ao redor do mundo pertence a grupos familiares. No Brasil esta realidade não é diferente. No entanto, estima-se que em nosso país, poucas empresas familiares cheguem à terceira geração. Diversos fatores são apontados: falta de planejamento sucessório, conflitos familiares, falta de profissionalização, entre outros. Estas circunstâncias têm sido identificadas e solucionadas por consultores de diversas áreas do saber: psicologia, direito e administração.



Entretanto, uma reportagem publicada no Financial Planning, em 2008, nos Estados Unidos, Charles Lowenhaupt chama atenção para o fato de que o conhecimento técnico de um contador, aliado à confiança depositada pela família no seu trabalho, o coloca em uma posição de vantagem em relação a todos os outros profissionais quando o assunto é a gestão do negócio familiar. Ocorre que, no Brasil, a figura do contador ainda é muito associada a atividades que visam atender ao fisco. Isto por que, no passado, a observância a regras fiscais foi privilegiada em detrimento das regras contábeis. Felizmente, nos últimos anos, o mercado tem exigido um perfil muito mais gerencial, fato que se intensifica a partir da recente reformulação das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Estas novas exigências em relação ao perfil e às habilidades do contador, ao mesmo tempo em que são desafiadoras, requerem quebra de paradigmas, mudan-

ça de cultura e uma dose de superação, também oferecem novas perspectivas de trabalho. Especialmente nas empresas de propriedade familiar, uma vez que a família empresária busca, além de retornos financeiros adequados à propriedade, obter lucros para os investimentos e, principalmente, identificar formas de perpetuar o legado através de transições geracionais. Todos estes aspectos devem ser planejados considerando os interesses da família, a evolução econômica do negócio e do mercado, o que torna as habilidades do contador indispensáveis na gestão deste segmento de negócio.

O conhecimento mais amplo do contador, tanto sobre normas contábeis e técnicas de investimento, quanto sobre as peculiaridades da família é um grande diferencial, embora esse fato seja ainda pouco reconhecido. Além disto, o mercado brasileiro está passando por um momento ímpar no qual há mais riqueza disponível para investimentos. Em função

disto, mais famílias estão atingindo um patamar de riqueza substancial e, por consequência, em busca de profissionais que possam auxiliá-las na gestão de seus negócios. Desta forma, o contador deve estar atento a estas oportunidades, e acima de tudo, precisa estar preparado para assumir de vez o seu papel de contador da família.



Caroline de Oliveira Orth é graduada em Ciências Contábeis e em Ciências Jurídicas. Possui especialização em Controladoria e Contabilidade Internacional e mestrado em ciências contábeis. Atualmente é professora das disciplinas introdução a contabilidade e contabilidade para administradores.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Modelo Brasileiro de Construção Participativa e Convergência aos Padrões Internacionais

por Joaquim Liberalquino

A discussão ampla, participativa e democrática de profissionais contábeis e outros com atuação na área pública, incentivados pelo resgate histórico do Conselho Federal de Contabilidade para o Setor Público, tem possibilitado a construção do Modelo Brasileiro de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, convergido aos padrões internacionais de contabilidade, com a contribuição decisiva de inúmeros atores nesse processo, tais como o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional, os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, o Instituto Rui Barbosa - IRB, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas no Brasil - ATRICON, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM, a Associação Brasileira de Secretarias da Fazenda das Capitais - ABRASF, entre outros.

Traçando a linha do tempo desse processo, pode-se registrar como marco inicial a Resolução do CFC nº 1.111 de 2007, que interpretou os Princípios Contábeis na Perspectiva do Setor Público, justificando a base conceitual única da contabilidade como ciência, assentada em princípios, para reconhecer, mensurar, registrar e evidenciar os fenômenos que afetam o patrimônio seja de entidades empresariais ou públicas, com origem orçamentária ou econômica, para gerar informações úteis, tempestivas e fidedignas que orientem a tomada de decisão

e a instrumentalização dos controles, interno, externo e social. Esse é o foco da Nova Contabilidade Pública: O Patrimônio Público.

A partir desse novo enfoque e aplicando o Princípio da Competência que determina que os efeitos das transações e

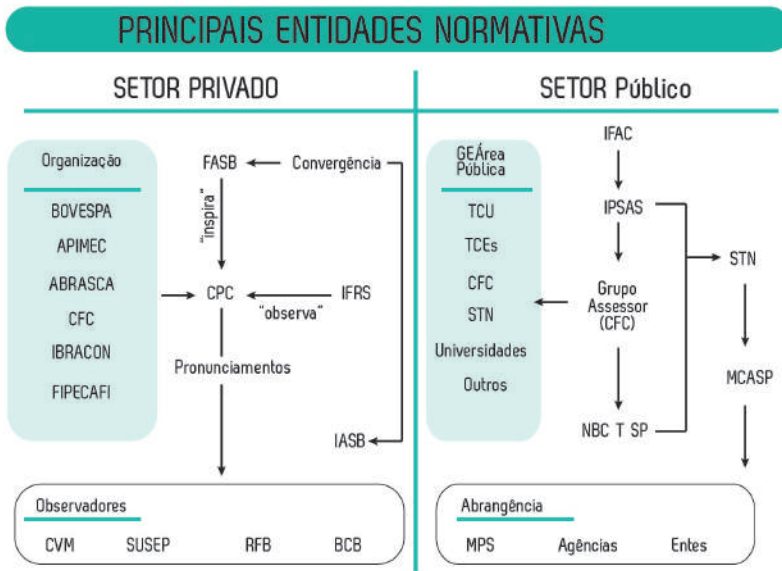
“ Não temos dúvida que a consolidação das contas brasileiras é única em todo mundo ”

outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, muda-se por completo o processo de reconhecimento, registro, mensuração e evidenciação no setor público, incorporando fenômenos como o reconhecimento de ativos de infraestrutura, o crédito tributários, as provisões, depreciações, amortizações e exaustão e as obrigações decorrentes de transações não orçamentárias. Esse enfoque permitiu que o país, a exemplo do setor empresarial, pudesse trilhar o caminho da convergência às normas internacionais, entendido como o processo onde os contadores brasileiros, a partir do conhecimento profundo da nossa contabilidade aplicada ao setor público, das Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e das Normas Internacionais, dentre elas

as IPSAS, vão discutindo e alterando as nossas normas de contabilidade, até que elas fiquem, em suas essências, convergidas às IPSAS.

Comparando-se a experiência pública com a empresarial, a tabela ao lado, sintetiza o processo de convergência que ocorre nas duas áreas. O entendimento do processo é simples. Tendo como referencial as IPSAS, editadas pelo IFAC, que foram traduzidas para o português pelo CFC, o Grupo Assessor da Área Pública, discute com as entidades e profissionais às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e depois de amplo debate e consultas, edita as NBCT SP com orientações gerais, que são recepcionadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, para que, através de experiências e troca de saberes com profissionais da contabilidade e outros que atuam no setor público, nos Grupos Técnicos instituídos pela STN, moldem os procedimentos operacionais que serviram de orientação para todos os entes federados, através da Edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que





Fonte: Conselho Federal de Contabilidade – Grupo de Estudo da Área Pública

encontra-se na quinta edição.

A experiência brasileira, além de representar um formato de modelo aberto e participativo, tem pactuado os prazos de implantação desse novo enfoque, estabelecendo o prazo até o final de 2014 para a consolidação das contas nacionais nos novos demonstrativos e procedimentos contábeis a serem publicados a partir de 2015. Não temos dúvida de que a consolidação das contas brasileiras é única em todo mundo, sem levar em consideração nossas diferenças regionais e extensão territorial, fato que servirá de exemplo aos demais países, assim como tem sido a nossa inovação ao normatizar custos e construir um modelo de aplicação para o setor público.

Experiência dessa magnitude e complexidade, envolvendo mais de cinco mil e quinhentos Municípios, vinte e sete Estados e a União, com mais de quarenta mil órgãos e entidades é única no mundo e deve servir como ponto de partida para os profissionais da contabilidade se firmarem como gestores da informação contábil e gerentes de processos mais amplos, pois deverão estar interagindo com outras unidades para poder conhecer os procedimentos e estabelecer formas de obtenção das informações. Para tanto, necessitam de capacitação e estruturas mais adequadas a todas essas mudanças, seja do ponto de vista do reconhecimento institucional e da disponibilidade de recursos humanos, materiais e tecnológicos, pois não fazem apenas demonstrações contábeis, são responsáveis pela geração de informação que oriente a tomada de decisão.

Esse processo deve ser estudado, pesquisado e refletido em suas várias dimensões e repercussões para ser compreendido como uma mudança cultural do setor público, que tanto deseja estabelecer uma gestão por resultados.

Para isso, tem que entender que o ponto de partida é implantar custos, pois sem essa informação jamais se apurará resultados e sem contabilidade patrimonial, jamais se apurará custos. Essa mudança impactará em outras áreas, pois os objetivos estratégicos são: proporcionar o conhecimento real do Patrimônio Público e dos custos dos serviços prestados à população; gerar Informações úteis, tempestivas e fidedignas para a tomada de decisão, controlar os gastos, otimizar a arrecadação e instrumentalizar o controle social; permitir a comparabilidade dos padrões de prestação de serviços e dos custos entre órgãos e unidades do setor público e mensurar a efetividade dos programas governamentais; otimizar os custos dos serviços prestados, da carga tributária das famílias e empresas, otimizar o “Custo Brasil” e a competitividade do país.

No ano dedicado à Contabilidade, a Construção do Modelo de Contabilidade Aplicado ao Setor Público desponta como grande oportunidade para os profissionais da área e contribuição para o desenvolvimento econômico, justo e sustentável do País. Participe!



Terceiro Setor: Uma realidade, uma esperança

por Leo Charles Henri Bossard II



Por ser um animal gregário, tendência que leva os homens a se juntarem, perdendo momentaneamente suas características individuais, desde os primórdios das civilizações, registram-se atos de solidariedade visando à sobrevivência do grupo, a divisão de tarefas e a proteção dos mais fracos.

Movidos, também, por razões religiosas, mecenas destinaram bens para incentivarem o amor às artes, à sabedoria e à cultura. Surgem, assim, as formas mais rudimentares de entidades filantrópicas, tendo como exemplos a doação da Biblioteca de Alexandria pelos Ptolomeus, no antigo Egito, e a escola que Platão fundou nos jardins de Academos, a Academia, que era uma sociedade científica e religiosa consagrada às musas de Atenas.

O trabalho voluntário no Brasil teve início no século XVI, quando organizações religiosas, prioritariamente católicas, introduziram o voluntariado em instituições ligadas à saúde (Santas Casas de Misericórdia), seguindo o modelo trazido de Portugal. Era um trabalho essencialmente feminino no qual as voluntárias eram chamadas "Damas de Caridade". Assim, a existência social precedeu o reconhecimento jurídico.

No contexto contemporâneo, diante do fracasso do Liberalismo, onde o foco era o sujeito individual, a sociedade organizada reagiu aos sistemas políticos e econômicos que só visam o poder e o lucro, em detrimento da dignidade do ser humano.

O agravamento da desigualdade social exigiu que o Estado passasse a atuar como agente econômico e social a fim de promover o desenvolvimento e a justiça social.

Todavia, o crescimento desmesurado do Estado Social, com o aumento de suas atribuições e das demandas sociais, im-

pôs a necessidade de mudança em sua estrutura, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para figurar como promotor e regulador de tais atividades.

Surge, assim, fulcrado no Princípio da Subsidiariedade, o Estado subsidiário ou regulador que fomenta a sociedade organizada para desenvolver, de maneira eficaz, as atividades de interesse social que não necessitem do aparato estatal.

Para suprir as lacunas de uma ação estatal ineficiente, o Primeiro Setor da sociedade, e de um Mercado ligado à cumu-

“Um considerável percentual de entidades filantrópicas possuem gestões amadoras que, por ausência de profissionalismo, subsistem exclusivamente da caridade (doações e trabalho voluntário).”

lação de riquezas, nominado Segundo Setor, organiza-se o Terceiro Setor para atender às crescentes demandas sociais da população, buscando mobilizar um grande volume de recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social.

Segundo o procurador de Justiça do Distrito Federal, Dr. José Eduardo Sabo Paes, o 3º Setor é “o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos, dotados de autonomia e administração própria que apresentam

como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando seu aperfeiçoamento”.

O Terceiro Setor foi forjado nos princípios religiosos do Catolicismo, que difundiu o assistencialismo, as esmolas e as comunidades de base; e do Protestantismo, que prega que as boas ações são fundamentais para a salvação da alma; além dos valores humanísticos, democráticos e racionalistas oriundo do Iluminismo. Tais elementos propiciaram a ideia da sociedade organizada e, depois, o conceito de responsabilidade social.

Mesmo contando com programas vitoriosos na saúde (campanhas de prevenção DST/AIDS, amamentação, combate ao câncer); na educação (espaços de atendimento de crianças e jovens fora do horário das aulas, amigos da escola); no trabalho (capacitação de pessoas para o mercado de trabalho); e no meio ambiente (preservação de espécies animais ameaçadas de extinção, luta contra o desmatamento, despoluição de rios); urge uma séria reflexão sobre as características do Terceiro Setor no Brasil.

Um considerável percentual de entidades filantrópicas possuem gestões amadoras que, por ausência de profissionalismo, subsistem exclusivamente da caridade (doações e trabalho voluntário). Constata-se confusão de pessoas física/jurídica e instituidores/gestores, isto é, surgem “proprietários” de associações e fundações. As administrações são informais com ausência de uma estrutura organizacional (conselhos executivo, curador e fiscal), de livros de registros (atas de assembleias, de posse,



diário); de prestações de contas; e de planejamento estratégico. São meramente assistencialistas, pois ofertam o atendimento sem a preocupação de capacitar. Seus projetos são paternalistas, através de campanhas de apadrinhamento, onde a sensibilização através da miséria humana supera a crença na participação para o fortalecimento do cidadão.

Contamos, ainda, com uma legislação confusa e inadequada; uma doutrina escassa; e uma grave falha na fiscalização na correta aplicação dos recursos públicos e privados, posto que os Tribunais de Contas (Municípios, Estados e União), as Controladorias e a Receita Federal não contam com ferramentas específicas para acompanhar os gastos realizados com as organizações não governamentais.

Diante desta preocupante realidade, o Terceiro Setor necessita: estabilidade normativa para atuar e alcançar seus fins, num ambiente institucional que lhe permita segurança jurídica; uniformização dos seus procedimentos internos; capacitação dos seus administradores, com a formação de verdadeiros executivos sociais; gestões eficazes, com controle finalístico; transparência nas ad-

ministrações; participação na elaboração das políticas públicas, com formação da própria agenda política (metas); busca de eficiência econômico-financeira na realização dos fins estatutários; informação e divulgação precisas das atividades desenvolvidas; manutenção de centros de estudos de estatísticas para município do setor com informações estratégicas; incentivo à produção jurídico-doutrinária, de modo a promover o progresso do desenvolvimento técnico do instituto, fornecendo bases sólidas para que o setor possa atuar em ambiente institucional mais previsível; e, finalmente, maior interatividade/parceria com o Ministério Público.

Os profissionais têm uma responsabilidade social com o Terceiro Setor, pois o exercício e a transmissão dos conhecimentos acadêmicos são uma forma de saldar a dívida moral com os que não tiveram a mesma oportunidade. Planos de voluntariado representam o elo entre os diversos ramos do conhecimento e a população carente de um apoio profissional ético e engajado. Ressaltamos o inédito e bem sucedido Plano de Voluntariado da Classe Contábil - PVCC, onde os profissionais da Contabilidade, utilizando sua formação intelectual e experiência profissional, estão contribuindo com o Tercei-

ro Setor agregando o seu saber para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O Terceiro Setor é movido à paixão. Paixão pelo próximo e pelo trabalho que se funde em solidariedade. Entretanto, a paixão não pode sublimar a razão. O conhecimento transforma boa intenção em projetos, voluntários em executivos sociais. Capacitação gera captação. O saber leva os gestores de associações e fundações a otimizar seus esforços para a superação das metas.

Nas trilhas da filantropia muitos perdem a direção por atribuírem à emoção, ao desejo de fazer, o condão do absoluto. Sem instrução os sonhos não se realizam, produzem somente frustração nos que anseiam pela modificação de uma sociedade desigual.

Assim, não devemos esquecer a lição de Khalil Gibran: "Vossa razão e vossa paixão são o leme e as velas de vossa alma navegante. Se vossas velas ou vosso leme se quebram, só podereis derivar ou permanecer imóveis no meio do mar. Pois a razão, reinando sozinha, restringe todo o impulso; e a paixão, deixada a si, é um fogo que arde até a sua própria destruição".



Leo Charles Henri Bossard II é bacharel em Direito, procurador de Justiça e atual presidente da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social - PROFIS.

Evento abordará a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil



Fórum de Administração Pública Responsável

Navegando em águas tranquilas e transparentes. É com esse lema que será realizado o Fórum de Administração Pública Responsável, promovido pelo Sistema CFC/CRCs e organizado pela Abracicon, nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, a bordo do navio MSC Preziosa. O evento, que ocorrerá durante a programação do IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista, é destinado para profissionais da contabilidade, que atuam na área pública, gestores da

área pública e demais interessados no assunto. No dia 28, o Fórum abordará temas relevantes como a Qualidade dos Gastos Públicos e a Transparência na Gestão dos Recursos Públicos. Já no dia 29, serão compartilhadas

experiências a nível federal, estadual e municipal de entes que estão realizando a implantação do Plano de Contas sob hedge dos novos procedimentos contábeis; pauta que contribuirá sobremaneira para uma discussão prática do nível de transparência das contas públicas.

Portanto, participar do Fórum será uma viagem inesquecível em busca do conhecimento,

emoldurada pelas belas paisagens e encantos do litoral brasileiro. Uma experiência com formato inovador, que permite a vivência de que o conhecimento é irresistível, como será o Fórum de Administração Pública Responsável.

Acesse o site do evento e saiba mais: <http://forum.cfc.org.br/>.



Programação

DIA 28/11/13 (Quinta-feira)

8h às 9h	Credenciamento
9h às 9h15	Sessão Solene de Abertura
9h15 às 10h45	PAINEL 1: QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS
10:45 – 12:15 (1h30´)	PAINEL 2: TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

DIA 29/11/13 (Sexta-feira)

09h15 a 10h45 (1h30´)	PAINEL 3: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
10:45 a 12:15 (1h30´)	PAINEL 4: OS NOVOS PARADIGMAS SOBRE OS CRITÉRIOS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Normativismo e Positivismo em Contabilidade: Algumas Considerações

por Sérgio de Iudicibus

É comum referenciar-se a teoria normativa como a que leva, após a identificação de um problema ou de uma área de investigação, a ditar, de forma prescritiva, as normas ou procedimentos necessários para resolver o problema ou a pendência.

É claro que esta abordagem de teoria é muito praticada pelas entidades reguladoras e normatizadoras. Nem poderia ser diferente. Mas, também, é apanágio de muitos autores e pesquisadores, pelo menos até meados da década de 1990, principalmente no Brasil e em outros países latinos.

Nos Estados Unidos, desde o final da década de 1960, com o famoso trabalho de Ball & Brown (1968), já se inaugura a fase "positiva" da contabilidade.

Mas, no que o enfoque positivo se diferencia do normativo? Basicamente, no modelo de teoria positiva procura-se explicar porque certas escolhas contábeis são feitas e inferir seu poder preditivo. A metodologia utilizada é quase sempre com teste de hipóteses e utilização de estatística e outros métodos quantitativos.

É preciso enfatizar, todavia, que os estudos iniciais desta escola positiva têm como pano de fundo uma sólida teoria econômica e financeira, ou seja, a da racionalidade das decisões dos agentes econômicos.

Da forma como Watts e Zimmerman (1986) colocam as diferenças entre as duas abordagens, é como se normativismo e positivismo fossem duas teorias completamente antagônicas da contabilidade! Ou, como se o positivismo tivesse surgido, de repente, na década de 1960, a contrapor-se ao que se estudava até então, como uma nova teoria que viria salvar a teoria contábil, tão pobre, coitadinha, na versão anterior!

Isso levaria a crer que, de fato, não existe uma única teoria contábil e, assim, o arsenal teórico desta nobre disciplina seria uma sucessão de tentativas discutíveis, com metodologias diferenciadas e objetivos díspares, para explicar o que vem a ser a contabilidade.

Uma imersão na história: A Contabilidade, da mesma forma que a Estatística, nasceu com a noção de contagem. Esta última incorporou-se, aos poucos, à Matemática, adicionado-lhe os cálculos probabilísticos, enquanto aquela permaneceu mais simplista em sua expressão quanti-

tativa, seus talentos mais preocupados com a avaliação (já um pouco mais próximos de nossa era contemporânea) dos elementos anteriormente listados nos inventários.



Então, a origem histórica remota da contabilidade é essencialmente quantitativa. Antes de se transformar em ciência social, ela foi meramente um instrumento de contagem de certos elementos, que nem se denominavam de patrimoniais.

Mas, apesar de sua expressão numérica, como diz o mestre Nelson Carvalho, de exato, a contabilidade só tem a data do balanço, o saldo de disponibilidades e o valor de cotação das ações, em determinada data. Todo o resto são avaliações subjetivas. O fato da contabilidade se expressar em números não significa que ela seja uma ciência exata!

Entretanto, o fato de não ser exata não significa que não deva ser precisa! Das ciências sociais, sem dúvida, a Contabilidade é a mais quantitativa. Seus relatórios e as decisões econômicas neles baseadas se traduzem em transferências de renda de um stakeholder para outro e, até, em geração escritural de renda, através do resultado dos investimentos. As consequências são sociais, os efeitos sentidos são quantitativos, em sua expressão numérica e social em seu impacto (mais ou menos renda/caixa).

Precisão, no caso, deve ser entendida como a melhor estimativa que seja possível atribuir à valoração de certo ativo ou passivo. Claramente, quando a Lei 11.638 manda avaliar realizáveis e exigíveis de longo prazo a seu valor presente, nunca se obterá a exatidão, mas a estimativa mais precisa de tais valores, levando-se em conta as condições de mercado. Trata-se, entretanto, sempre de estimativas, ou seja, resultantes do subjetivismo responsável.

É importante notar também que certos avanços nas disciplinas de avaliação somente ocorrem à medida que as organizações e o estudo de sua evolução se tornam mais abrangentes.

São as necessidades das organizações, em seus anseios de controle e governança corporativa, que puxam as respostas contábeis. Usualmente, quando se consegue responder rapidamente a tais necessidades já é um grande progresso. Muitas vezes, todavia, como no caso dos derivativos, a resposta contábil demorou para ser dada e muitos problemas ocorreram e ocorrem por causa disso.

“ É importante notar que certos avanços nas disciplinas de avaliação somente ocorrem à medida que as organizações e o estudo de sua evolução se tornam mais abrangentes. ”

Em todo este ambiente de desafios, é notável a quase ausência de reflexões dos teóricos da disciplina sobre soluções para problemas como derivativos, fair value e outros! Na verdade, se compulsar, hoje em dia, um texto de teoria, com raras exceções, de teoria tem muito pouco, limitando-se mais a exibir normas do FASB ou IASB sobre determinados assuntos, às vezes sem nem mesmo um comentário crítico. Hendriksen e Van Breda (1999) são uma exceção rara neste panorama e, se perdoarem a falta de modéstia, a obra “Teoria da Contabilidade”

de” deste autor (2010) e poucos outros.

A teoria positiva, ou melhor, os resultados das pesquisas efetuadas sob as premissas e metodologia da teoria positiva, na verdade, testam as aplicações das normas e práticas contábeis surgidas das mentes dos normativistas e das agências reguladoras, que vicejam em todos os ambientes.

As pesquisas de teoria positiva, no fundo, colocam um ponto de interrogação sobre os depósitos de petróleo contábil, sedimentados durante anos ou séculos de domínio dos normativos. Uma interrogação é uma dúvida, outras vezes uma simples explicação.

Considera-se que as pesquisas de teoria positiva validam ou não certos princípios, normas e procedimentos contábeis, tendo em vista as influências do ambiente em que as empresas e entidades operam.

Existem certos procedimentos, como a provisão para devedores duvidosos e muitos outros que podem ser testados quanto à sua utilidade. Outra área de interesse para a pesquisa positiva recai na área de auditoria, como no teste de médias realizado a fim de se verificar o grau de independência das firmas com relação à utilização dos provisórios por parte das empresas (gerenciamento de resultados).

Maior parte das pesquisas iniciais cingiu-se a demonstrar a relevância da informação contábil para predição do valor das ações.

As primeiras pesquisas, efetivamente de teoria positiva, foram as relativas à eficiência de mercado, quando, além

de uma metodologia, há um background teórico-conceitual perfeitamente definido. Às demais áreas de pesquisa se exportou, da teoria positiva, principalmente sua metodologia de pesquisa, com teste de hipóteses. Hoje, esta metodologia pode ser aplicada em outros campos, como o sociológico e o histórico.

O que há de sensivelmente diferente na Teoria Positiva é que trata de tentar explicar as práticas contábeis, em lugar de ditá-las.

Assim, há um processo de feedback entre as duas abordagens, a normativa e a positiva. Enquanto aquela expressa o que deve ser feito para enfrentar uma fenomenologia, esta testa a validade prática daquela.

Um exemplo poderá explicar melhor: na época da grande inflação brasileira, os normativistas construíram uma metodologia de correção para enfrentá-la (eliminar os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis). Entretanto, se aplicassem teoria positiva, teria sido muito interessante, quando a taxa de inflação ainda era alta, mas não absurda, se avaliar a partir de qual intervalo de taxa inflacionária faria diferença, para os usuários, aplicar a metodologia completa de correção monetária integral. É

possível que, para taxas anuais, diga-se, entre 10 e 20%, só como exemplo, os usuários preferissem, eles próprios, fazer inferências quanto aos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis.

Verifica-se, assim, que, na verdade, positivismo e normativismo deveriam, se os contadores tivessem sido expertos desde o início, caminhar juntos.

“ O que há de sensivelmente diferente na Teoria Positiva é que trata de tentar explicar as práticas contábeis, em lugar de ditá-las. ”

Sempre deveria ter existido a teoria positiva! Só mais recentemente ela apareceu porque os contadores, maioria ligada a aspectos puramente tributários da contabilidade, não tinham o conhecimento e o discernimento para aplicá-la antes.

CONCLUSÃO: Pelo que se analisou, normativismo e positivismo não são abordagens incompatíveis. Na verdade, trata-se mais de duas formas diferentes de pesquisa contábil. Crê-se que, de agora



em diante, as duas abordagens seguirão juntas, de forma complementar. O menos que se pode dizer, com razoável precisão, todavia, é que elas, se não são isomórficas, pelo menos não são incompatíveis.

* Resumido e adaptado de um capítulo escrito especialmente para o livro: Contabilidade e Finanças no Brasil, organizado por Alessandro Broedel Lopes, Estudos em Homenagem ao Professor Eliseu Martins, Atlas 212, pgs. 248 a 254.



Sérgio de Iudicibus é bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais, doutor em Contabilidade e Professor Livre-Docente.

REFERÊNCIAS

BALL,R.;BROWN,P. An empirical evaluation of accounting numbers. Journal of Accounting Research,v.7,1968.

WATTS,R.L;ZIMMERMAN,J.L. Positive accounting theory. Englewood Cliffs:Prentice Hall,1986

Hendriksen e Van Breda. Teoria da Contabilidade. Atlas, 1999

Iudicibus Sérgio de. Teoria da Contabilidade, Atlas, 2010.

EU

ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhermos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A partir de agora, a ABRACON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracon.org.br.



ABRACON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SAS - Quadra 05 - Bloco J
4º andar, CEP: 70.070-920 – Brasília, DF
Contato: Adriana Guimarães | (61) 3314-9453
abracon@cfb.org.br | www.abracon.org.br



O Planejamento Estratégico e a Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

por Antônio Carlos Nasi

Todas as empresas de grande porte e muitas empresas de médio porte têm definido um Planejamento Estratégico para orientar suas diretrizes futuras, estabelecer metas, aprovar projetos de médio e longo prazo, identificar seus pontos fortes e fracos, suas oportunidades e seus riscos. Nos últimos dez anos, pelo menos, muitas entidades sem finalidade de lucro, também evoluíram para um modelo de governança, que inclui a aprovação de um Planejamento Estratégico como instrumento de gestão. Some-se a isto às empresas e entidades de pequeno porte, que de uma forma ou de outra, formalizado ou não, tem algum tipo de Planejamento Estratégico.

Basta perguntar para um pequeno empresário, quer seja dono de uma farmácia ou de uma loja de shopping, quais são os seus planos futuros e ele certamente vai ter uma resposta na ponta da língua. Não estão formalizados ou estruturados, mas o plano existe na cabeça desse empresário. Vamos para o outro cenário: quais dessas empresas, grandes, médias e pequenas que não têm suas transações informatizadas? Todas

estão usando recursos da informática, desde os mais simples aos mais sofisticados. Fiquemos no exemplo das grandes

“ Basta perguntar para um pequeno empresário, quer seja dono de uma farmácia ou de uma loja de shopping, quais são os seus planos futuros e ele certamente vai ter uma resposta na ponta da língua. ”

corporações, pois o que queremos analisar tem reflexos semelhantes nas médias empresas.

No passado, não muito remoto, a informática chegou ao auge nas empresas com a estrutura do famoso CPD (Centro de Processamento de Dados). Todos nós (os mais velhinhos como eu) conhecemos os CPDs como áreas físicas enormes, com equipamentos gigantescos se comparados aos de hoje, com um número de gente fantástico e com características operacionais muito arraigadas a modelos fechados de gestão. Era algo intangível, impenetrável, dono absoluto da verdade, área inquestionável nas organizações. O CPD ditava as normas e todo muito obedecia. Uma verdadeira ditadura



da informação, algumas com resultados excelentes, outras um verdadeiro desastre para a operação das empresas.

Se você perguntar para um empresário que viveu este tempo, certamente ele terá muitas histórias para contar. De sucesso e de fracasso. Muito dinheiro jogado fora e resultados questionáveis, pelo menos.

As coisas mudaram, a evolução da tecnologia da informação detonou com os antigos CPDs, e a área de TI das empresas passou a ser um ambiente aberto, voltado ao atendimento dos usuários, mas, principalmente, voltado aos negócios da empresa. Uma das mudanças mais significativas foi o surgimento dos denominados ERPs, sistemas integrados de informação, com a utilização de softwares que integram totalmente as transações de uma empresa.

Nos antigos CPDs os registros das transações eram efetuados dentro do CPD, com uma quantidade infundável de digita-

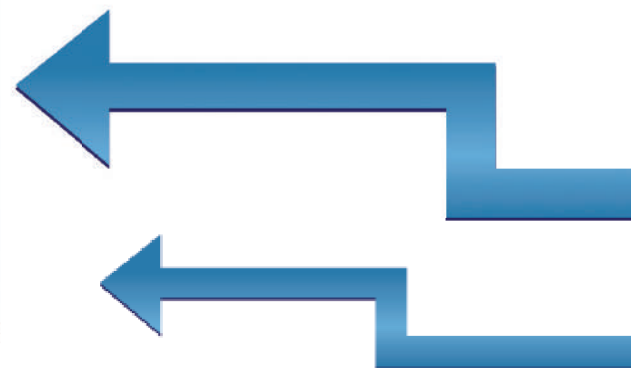
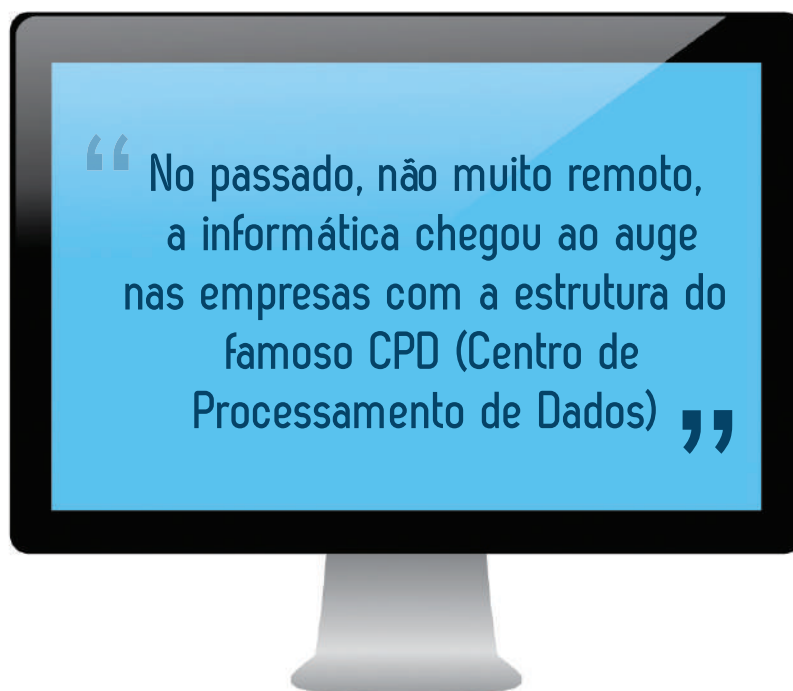
dores. Os programas eram isolados. Não se conversavam. Não havia os bancos de dados. Hoje as transações são registradas na ponta do processo. Os departamentos de contabilidade não registram mais nada das operações do dia a dia, limitando-se a alguns lançamentos contábeis que decorrem da própria análise das demonstrações contábeis ou operações finais, como investimentos em outras empresas. Cumprem o seu efetivo papel de analisar as informações contábeis e não ficar processando lançamentos contábeis, como era no passado. Todas as operações são registradas nas áreas operacionais (vendas, compras, recursos humanos, contas a receber, contas a pagar, tesouraria, almoxarifado etc). Isto revolucionou a maneira de operar as empresas, exigindo grandes investimentos em hardware e software, mas principalmente em consultoria para ajustar o software (ERP) às necessidades da empresa.

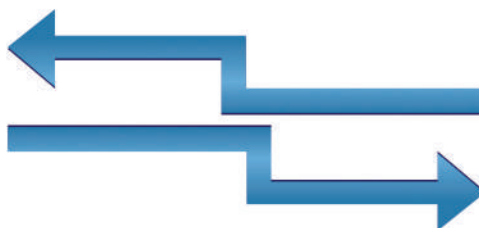
Aqui, novamente, temos casos de sucesso e de fracasso. Muitas empresas plane-

jaram adequadamente estas mudanças, dimensionaram bem os investimentos que teriam que fazer, fizeram revisão de todos os processos antes de implantar os novos sistemas e se deram bem. Creio que o grande exemplo de sucesso desta migração do velho para o novo ambiente de TI no Brasil são os bancos, especialmente os grandes bancos. Outras escolheram opções erradas, até por desconhecimento do processo, dimensionaram mal os investimentos, não revisaram os processos internos e o projeto fracassou. Compraram a ideia de que tudo era fácil, que bastava apertar um botão e tudo estaria funcionando.

Mas onde está o grande problema atual das empresas? Na gestão da TI.

O Instituto Gartner tem feito várias pesquisas a respeito no mundo todo e parece que o resultado, graças à globalização, é mais ou menos semelhante nos principais países: a Gestão da TI não está alinhada a Gestão do Negócio das empresas. Ou seja, a empresa tem um Planejamento Estratégico e a TI, quando tem um projeto de Gestão Estratégica de TI, este não está alinhado àquele. Na maioria dos casos a TI não tem planejamento nenhum





e atua sob pressão da demanda. Gestão Estratégica da TI, nem pensar.

Alguns fatores têm contribuído para tal:

1) as empresas não têm na sua estrutura de governança um diretor com experiência e vivência com o ambiente de TI (a diretoria come pela mão do pessoal da TI);

2) a TI, mesmo democratizada, ainda resiste a tentação de ser dona do processo;

3) os gerentes de TI têm formação técnica excelente, mas são um desastre no processo de relacionamento com os usuários de seus serviços;

4) os gerentes de TI não tem formação em Gestão de TI, utilizando ferramentas como COBIT, ITIL e ISSO e outras;

5) estão voltados para atender às demandas dos usuários, mas ainda definindo as prioridades e o plano de atendimento dessas demandas.

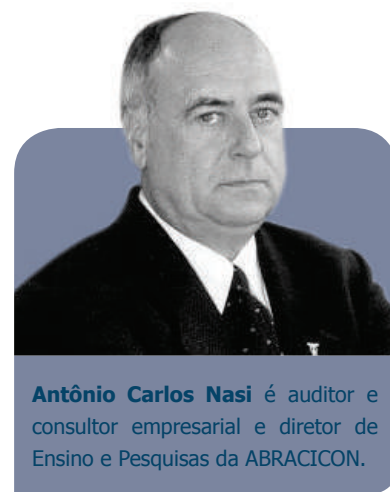
Como as demandas são sempre maiores que as soluções entregues, cria-se uma barreira de relacionamento e acúmulo de

desgastes entre as partes. Outra verdade é que muitas das demandas não são prioritárias e nem estariam presentes caso fossem enquadradas no Planejamento Estratégico da empresa.

“Como as demandas são sempre maiores que as soluções entregues, cria-se uma barreira de relacionamento e acúmulo de desgastes entre as partes.”

Qual a solução? A solução que temos apresentado para as empresas, após fazer uma análise do seu ambiente da TI, é a constituição de um Comitê Estratégico de TI, com participação de um diretor (o mais afinado com a área), do gerente ou equivalente da área de TI, dois ou três usuários-chaves com visão geral da empresa (gerentes administrativo-financeiro, Recursos Humanos e Produção, por

exemplo), auditor interno e um consultor externo da área de TI. Este Comitê, além de aprovar o Planejamento Estratégico da Gestão de TI, vai supervisionar a implantação deste planejamento e acompanhar todo o desenvolvimento dos trabalhos da TI para atender as demandas, mas, principalmente, para alinhar a TI ao Planejamento Estratégico da empresa. Tira-se da TI o peso de resolver tudo sozinha, mas a gestão da TI passa a ser compartilhada com os principais usuários. Os resultados têm sido excelentes para as empresas.



Antônio Carlos Nasi é auditor e consultor empresarial e diretor de Ensino e Pesquisas da ABRACICON.

PERFIL

Eduardo Augusto Rocha Pocetti



Nascido na cidade de São Paulo, capital, Eduardo Augusto Rocha Pocetti, iniciou seus estudos no Colégio Salesiano Liceu Coração de Jesus, na região de Campos Elíseos, em São Paulo. A sua história com a contabilidade teve início em 1975, quando aos 21 anos, passou a conciliar a sua vida com os estudos e os afazeres como auxiliar contábil da Caixa Econômica Federal.

O período em que atuou como auxiliar na área contábil foi suficiente para despertar no jovem estudante, o interesse pela profissão. Após dois anos exercendo a função, e tendo cada vez mais certeza de que o seu futuro estava na contabilidade, o aprendiz dá início a tão sonhada graduação pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Alvares Penteado.

Eduardo Pocetti ingressa na carreira, contando com a colaboração dos professores da instituição, mestres que tiveram grande importância na sua vida acadêmica, em especial, o professor Walter Arnaldo Andreoli, que o acompanhou durante dois anos na faculdade, fornecendo as orientações necessárias, sempre regadas de incentivo e encorajamento. As conversas o fizeram querer encarar novos desafios.

Logo, o jovem aluno decidiu seguir os sábios conselhos do seu mestre, optando por trabalhar em firma de auditoria.

A decisão alavancou sua vida profissional, somando ainda mais conhecimento e experiência. Em 1976, ele dava definitivamente os passos cruciais para sua trajetória de sucesso e grandes realizações. Na mesma época, Eduardo Pocetti começou a trabalhar na empresa de consultoria PWC. O ofício logo lhe apresentou outra figura importante, o empresário, contador e consultor, Antoninho Marmo Trevisan, homem de espírito esportivo, empreendedor e dono de um dinamismo que até hoje o contagia e motiva. Mais tarde, o amigo se transformaria em sócio, com quem ele teria a honra de trabalhar por mais de 23 anos.

Em 2004, assumiu a presidência da BDO Auditores Independentes no Brasil, representando o nome da BDO Brasil para todas as firmas-membro da rede internacional BDO num período de sete anos.

Nos dias atuais, o sócio da KPMG Auditores Associados e presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, na gestão 2012-2014, Eduardo Pocetti tem como principais bandeiras o

fortalecimento da marca, e da profissão de auditor independente. Suas ações voltadas para a forte atuação na educação continuada reúnem auditores e suas firmas de auditoria, sempre buscando promover o desenvolvimento através de treinamentos, seminários e palestras na área de contabilidade.

São mais de 30 anos de experiência em empresas de auditoria, além de vasto conhecimento em finanças, contabilidade, auditoria independente, planejamento econômico-financeiro e coordenação do nível de gerência e diretoria em diversas empresas de grande porte, nacionais e multinacionais do setor industrial e financeiro.

Sócio de vários clientes de auditoria de capital aberto, cotados na Bovespa, com mais de 120 firmas de auditoria associadas, a sua dedicação objetiva dar transparência ao desenvolvimento econômico sustentável do país.

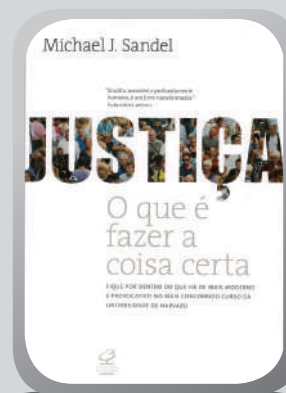
Para Pocetti, esse crescimento começa por uma boa gestão, que por ele é bem conduzida quando “se tem a capacidade de estar à frente, ativamente, das ações que levam ao cumprimento de metas e objetivos, estrategicamente definidos”.

Livros indicados pela presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim



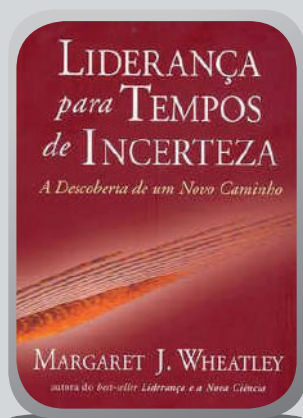
A ÁRVORE DO CONHECIMENTO
as bases biológicas da compreensão humana
Humberto R. Maturana & Francisco J. Varela.

A vida é um processo de conhecimento, precisamos compreendê-la e entender como os seres vivos reconhecem o mundo. Vivemos com os outros seres vivos no mundo, fazemos parte dele e o construímos com o passar dos dias. As nossas atitudes refletem no modo como o mundo se desenvolve. Se agirmos de modo positivo, o mundo vai se construindo desta forma, mas, se o nosso comportamento é negativo, o reflexo dessa atitude é de nossa responsabilidade.



JUSTIÇA
O que é fazer a coisa certa
Michael J. Sandel

Nossos deveres, livre mercado, matar, direitos individuais, bem comum. Esses são alguns dos tópicos que cercam a cabeça da população. A obra explora e convida a considerar as controvérsias familiares de um jeito novo e iluminado. Casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, suicídio, serviço militar e outros tópicos provocam o raciocínio e é sábio, uma nova contribuição de forma convincente, sobre as questões mais complicadas da vida cívica.



Liderança para tempos de incerteza
A Descoberta de um Novo Caminho
Margaret J. Wheatley

Margaret Wheatley, uma das pensadoras organizacionais mais inovadoras e influentes da nossa época, em 'Liderança para tempos de incerteza', nos traz uma obra de orientação prática, em que focaliza temas que tem discutido ao longo da carreira e detalha as práticas e comportamentos organizacionais que os trazem à vida.



Um mundo sem pobreza
Muhammad Yunus

Neste livro, o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, conta um pouco de sua trajetória e descreve o lançamento das primeiras empresas sociais. A obra também permite que vislumbramos o fantástico futuro que Yunus deseja para o nosso planeta, transformado por milhares de empresas sociais. Seria uma forma de capitalismo nova e muito mais humana.



Fórum de Administração Pública Responsável

À bordo do navio MSC Preziosa,
um evento que vai revolucionar a
contabilidade aplicada ao setor público
no Brasil. Participe! Faça já sua
inscrição e adquira sua cabine.

Navegando em águas
tranquilas e transparentes



Para participar deste evento você precisa adquirir:

- 1º - Inscrição;
- 2º - Pacote do Cruzeiro no site do evento;
- 3º - Transporte até São Paulo.

Informações no site:
www.forum.cfc.com.br

28 e 29 de novembro de 2013

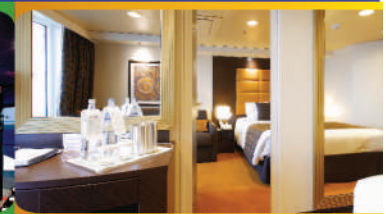
Obs.: O embarque será no dia 27/11/13 e o desembarque no dia 30/11/13. Todos deverão chegar em São Paulo até as 10h do dia 27/11/13. O Fórum de Administração Pública Responsável acontecerá em paralelo ao IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista.

Agência Oficial MAJESTUR

Operadora de Turismo
Fone: (11) 3024-5050
E-mail: vendas@majestur.com.br

conselho Federal de Contabilidade

Fones: (61) 3314-9501/3314-9446
E-mail: eventos@cfc.org.br



Idealização



Organização



Apoio



SISTEMA
CFC/CRCs



Agência Oficial

MAJESTUR
OPERADORA TURISMO

Compartilhe a cabine e os momentos especiais dessa experiência única e inesquecível!



Disposto a dividir a cabine?

O IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista lança mais uma novidade: um fórum dedicado ao entrosamento dos interessados em participar deste fantástico evento, com a finalidade principal de auxiliar aqueles que desejam dividir cabines do navio com outros participantes.

Com isso, os organizadores do IX ENMC esperam contribuir para a aproximação de profissionais da contabilidade que, porventura queiram participar e estejam dispostos a dividir as cabines, abrindo a possibilidade de tornar o evento mais acessível.

O fórum terá uma mediadora em tempo integral para receber os pedidos dos interessados e auxiliar nas combinações das cabines.

Para aqueles que têm interesse, o primeiro passo é preencher o formulário que está disponível no site (www.encontromulher.com.br) com nome, e-mail, estado e tipo de acomodação que prefere: cabine dupla, tripla e quádrupla.



Idealização



Organização



Apoio



Agência Oficial

